



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



FORMULÁRIO DE CONTRIBUIÇÕES

CONSULTA PÚBLICA Nº 119/2022, de 24/01/2022 a 23/02/2022

Este formulário deverá ser anexado como documento de contribuição na plataforma de Consultas Públicas do site do Ministério de Minas e Energia (<http://antigo.mme.gov.br/web/guest/servicos/consultas-publicas>), dentro do período estabelecido.

Apenas serão consideradas válidas as contribuições encaminhadas através do Portal de Consulta Pública do Ministério de Minas e Energia durante o prazo de vigência da Consulta Pública. Documentos recebidos fora do padrão disponibilizado não serão priorizados na análise. A análise das contribuições recebidas será publicada posteriormente.

Contribuições para aprimoramento da minuta do Plano Decenal de Expansão de Energia 2031 (PDE 2031)

Nome: José Roberto Nogueira

Instituição: J Nogueira Engenharia

setor público

setor privado

organização não governamental

instituição de pesquisa/ensino

organizações sociais

outros

CAPÍTULO	ITEM	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
4.	4.1	CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS Os estudos que compõem o processo de planejamento da expansão da transmissão são realizados com base nos critérios de desempenho elétrico preconizados no documento “Critérios e Procedimentos para o Planejamento da Expansão de Sistemas	Não há.	Já era tempo de se ter novos critérios. Na nossa opinião, os critérios de desempenho elétrico preconizados no documento “Critérios e Procedimentos para o Planejamento da Expansão de Sistemas de Transmissão”, elaborado pelo Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos (CCPE), no ano de 2002, já deveriam ter sido revisados, desde a mudança do Modelo

CAPÍTULO	ITEM	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
		<p>de Transmissão”, elaborado pelo Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos (CCPE) no ano de 2002.</p> <p>Em 2018, a EPE iniciou trabalho com o objetivo de atualizar esse documento tendo em vista o cenário atual e o previsto para o futuro com forte presença de fontes renováveis na matriz energética brasileira, o que demanda a aplicação de procedimentos e critérios específicos de análise da rede de transmissão.</p> <p>Registra-se ainda que, paralelamente a essas atividades, EPE e ONS vêm realizando discussões sobre critérios diferenciados de confiabilidade para o atendimento a localidades conectadas por sistemas radiais, particularmente no caso de unidades da federação geograficamente distantes de outros centros urbanos, fator dificultador para a adoção de medidas emergenciais durante a ocorrência de contingências críticas. Os resultados dessa atividade serão incorporados à atualização do documento geral de critérios.</p>		<p>Cooperativo, que existia antes, para o Modelo Competitivo atual, oriundo da era dos Leilões de Transmissão.</p> <p>O modelo competitivo, combinado com a sistemática eficiente de leilões, tem propiciado um aumento considerável das instalações de transmissão e contribuído para a modicidade tarifária, mas ainda é cedo para se ter uma avaliação completa da relação custos/benefícios. Os primeiros contratos de concessão, oriundos dos leilões, devem vencer a partir 2030 e, somente após essa data, e que vamos poder conhecer como estarão o estado e o desempenho dessas instalações.</p> <p>Considerando que o risco está no DNA do modelo competitivo, a confiabilidade sistêmica deve ser maior, do que era no modelo cooperativo. E a responsabilidade pela confiabilidade é do Planejador e não de cada Agente.</p> <p>Os apagões prolongados: como o Florianópolis (55 horas), em 2003, o do Amapá (22 dias), em 2020 e o do meio-oeste de Santa Catarina (4 dias), em 2021; têm como causa raiz Sistemas Frágeis. E, no nosso entendimento, a culpa é do Planejamento da Expansão de Sistemas de Transmissão (Critérios e Procedimentos).</p> <p>O índice de Robustez do Sistema Elétrico Brasileiro, segundo o ONS, é alto, mas não é homogêneo para todas as regiões brasileiras. A busca urgente por critérios adequados e pela homogeneização do índice de Robustez para todas as regiões brasileira, eliminando pontos frágeis como os já citados (Florianópolis, Macapá e meio-oeste de Santa Catarina) diminuirá os riscos de novos apagões regionais prolongados.</p>

CAPÍTULO	ITEM	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
4.	4.1	<p>DIRETRIZES PARA OS RELATÓRIOS R</p> <p>Importante salientar que esse documento se encontra em constante aprimoramento. Nesse sentido, ao longo do ano de 2021, o MME promoveu Consulta Pública específica para obter subsídios dos agentes com vistas à publicação de nova edição do documento de diretrizes.</p> <p>Atualmente, a EPE está analisando as contribuições encaminhadas pelos agentes ao MME, devendo propor nova atualização do documento no primeiro semestre de 2022.</p>		<p>De fato houve a Consulta Pública Nº 106, de 22/03/2021, que ficou aberta até 18/06/2021.</p> <p>A J Nogueira Engenharia apresentou contribuição, mas já passados mais de oito meses, não vê no site do Ministério quantas e quais foram as contribuições.</p> <p>Seria importante que as contribuições tivessem sido divulgadas logo após o fechamento da Consulta, para todos que apresentaram contribuições possam conhecer as visões de cada um.</p> <p>A revisão deste documento, com base nas contribuições, é esperada há tempo.</p>

* Para que seja possível identificar todas as sugestões, não há limite de linhas. Caso necessário, favor incluir mais linhas para suas sugestões.